

Entre espaços e tempos: a educação física no Colégio Estadual do Espírito Santo (1943-1957)

Grasiela Martins Lopes Poleze¹
Amarílio Ferreira Neto²
André da Silva Mello³
Wagner dos Santos⁴
Omar Schneider⁵

Resumo: Neste artigo, analisa-se a história da Educação Física entre as décadas de 1940 e 1950 no contexto do Colégio Estadual do Espírito Santo. Para se compreender as práticas desenvolvidas nessa instituição, opera-se com os conceitos de estratégia e tática, lutas de representações e paradigma indiciário. Utilizam-se como fontes o arquivo histórico desse colégio e também o da Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo. No período focalizado, a Educação Física escolar progressivamente volta-se mais para o esporte do que para o ensino da ginástica. No artigo, identifica-se uma modificação no valor atribuído ao que se considerava disciplina: ao se associar as práticas ao ensino do esporte, introduzem-se outros tempos e significados aos saberes da Educação Física escolarizada.

Palavras-chave: Educação Física, Colégio Estadual do Espírito Santo, escolarização.

¹ Mestre em Educação Física, Professora da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo (SEDU/ES), membro Instituto de Pesquisa em Educação e em Educação Física (Proteoria). E-mail: grasielapoleze@gmail.com.

² Doutor em Educação, Professor Associado IV, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Centro de Educação Física e Desportos (Cefd), membro do Proteoria. E-mail: amariliovix@gmail.com.

³ Doutor em Educação, Professor Associado IV, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Centro de Educação Física e Desportos (Cefd), membro do Proteoria.

⁴ Doutor em Educação, Professor Adjunto II, Ufes/Cefd, membro do Proteoria. E-mail: wagnercefd@gmail.com.

⁵ Doutor em Educação, Professor Adjunto IV, Ufes/Cefd, membro do Proteoria. E-mail: E-mail: omarvix@gmail.com.

Between spaces and times: physical education in the State School of Espírito Santo, Brazil (1943-1957)

Grasiela Martins Lopes Poleze
Amarílio Ferreira Neto
André da Silva Mello
Wagner dos Santos
Omar Schneider

Abstract: The history of Physical Education between 1940 and 1950 at the Colégio Estadual do Espírito Santo is provided and analyzed. Strategy and tactic concepts, representation struggles and evidentiary paradigm are employed to investigate the practices developed. Current research investigates the historical files of the school and those of the Higher Education Institution for Physical Education in the state of Espírito Santo, Brazil. During the above-mentioned period, Physical Education in schools progressively became more related to sports rather than to gymnastics. Research also identifies changes in what was considered a discipline, or rather, when practices were coupled to the teaching of sports, other meanings were introduced to the concept of school Physical Education.

Keywords: Physical Education, Colégio Estadual do Espírito Santo, schooling.

Entre espacios y tiempos: la Educación Física en el Colégio Estadual do Espírito Santo (1943-1957)

Grasiela Martins Lopes Poleze
Amarílio Ferreira Neto
André da Silva Mello
Wagner dos Santos
Omar Schneider

Resumen: En este artículo, se analiza la historia de la Educación Física entre las décadas de 1940 y 1950, contextualizada en el *Colégio Estadual do Espírito Santo*. Para comprender las prácticas desarrolladas en esta institución, se trabaja con los conceptos de estrategia y táctica, luchas de representaciones y paradigma indiciario. Se utilizan como fuentes el archivo histórico de este colegio y el de la *Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo*. En el periodo focalizado, la Educación Física escolar se vuelve progresivamente más para el deporte que para la enseñanza de gimnasia. En el artículo se identifica una modificación en el valor atribuido al que se consideraba asignatura: al asociarse las prácticas a la enseñanza del deporte, se incluyen otros tiempos y significados a los saberes de la Educación Física escolarizada.

Palabras clave: Educación Física, *Colégio Estadual do Espírito Santo*, Escolarización.

Introdução⁶

Como alguns autores vêm demonstrando, principalmente Simões, Salim e Tavares (2006) e Salim (2009), o Colégio Estadual do Espírito Santo foi e é uma importante instituição educacional, cujo estudo nos permite compreender a história da Educação no Espírito Santo. Ela é considerada a primeira instituição pública de ensino secundário do Estado, sendo fundada “[...] no ano de 1906, como uma tentativa de impulsionar o ensino secundário [...]” local (Simões, Salim, & Tavares, 2006, p. 5566). Por meio de seu estudo, é possível entender também a história da Educação Física capixaba, já que essa instituição é equiparada ao Colégio Pedro II, considerado modelo para as outras escolas que pretendiam oferecer o exame preparatório para acesso direto ao ensino superior, já que se propunha a formar os quadros políticos e intelectuais para os postos da alta administração. Assim, o Colégio Estadual do Espírito Santo deveria oferecer todas as disciplinas que faziam parte do currículo de formação do alunonessa instituição do Rio de Janeiro. Entre as disciplinas ofertadas no Pedro II, constava a Ginástica, mais tarde chamada de Educação Física.

A primeira data a ser considerada na periodização do estudo é 1943, porque foi nesse ano que a escola do Espírito Santo deixou a categoria de ginásio para se elevar à categoria de colégio. A segunda data, 1957, justifica o encerramento da periodização por ser o ano em que o Colégio Estadual do Espírito Santo (Cees) passou a contar com um edifício próprio e com espaços adequados para a prática da Educação Física e dos esportes.

Com essa periodização, 14 anos, é possível analisar o processo de sistematização da Educação Física no Cees, desde o momento em que ele não contava com condições adequadas para oferecer tal prática e, por isso, precisava utilizar outros locais para as aulas de Educação Física e para as práticas esportivas. É possível também investigar as estratégias e táticas políticas e econômicas dos diversos âmbitos da sociedade capixaba para a manutenção do *status* de colégio, que se apresentava como uma forma de engajamento no otimismo que acompanhou o processo de modernização brasileiro. Em suma, é possível analisar as formas utilizadas pela

⁶ As citações diretas presentes nesse texto preservam a escrita original dos documentos das quais foram retiradas. Por isso, algumas palavras poderão não condizer com as normas da linguagem atual, já que, estamos utilizando materiais com uma temporalidade que se adequa à periodização do trabalho.

instituição para fazer a Educação Física se tornar uma realidade no cotidiano do Cees.

Apesar de, nas décadas de 1940 e 1950, o Espírito Santo ter buscado se destacar como um estado moderno, do qual o Cees fazia parte, ainda contava com uma população predominantemente agrária (79%), já que sua economia girava em torno da produção agrícola (Silva, 1995). Tal situação veio a se modificar gradualmente com os investimentos em industrialização realizados no Governo Jones dos Santos Neves (1951-1954), em consequência do Plano de Metas implantado pelo Governo Juscelino Kubitschek (Vilaschi, Felipe, & Oliveira, 2011).

Nas primeiras décadas de sua fundação, as atividades desenvolvidas no colégio ficaram nos limites do que era possível para a gestão estadual. As estratégias iam desde a frequente busca por um espaço arquitetônico para o desenvolvimento das aulas até a divulgação de campanhas patrióticas por parte do governo na imprensa com o objetivo de convocar a população para enviar os filhos para a formação docente, em virtude de o número de professores na região ser insuficiente (Falcão, 2010).

O próprio ensino secundário no Brasil foi se constituindo como um contexto de possibilidades, sendo objeto de muitas reformas no sentido de adaptá-lo às necessidades daquele período. No entanto, desde a sua introdução no País, o ensino humanista, voltado para a formação dos filhos dos mais abastados, ainda se configurava como seu objetivo principal.

Com a reforma Francisco Campos, realizada em 1931, prescrevendo um currículo seriado e a frequência obrigatória como uma exigência para o ingresso no ensino superior, o ensino secundário adquiriu uma organicidade.

No momento em que a ideologia do desenvolvimento começava a ocupar espaço na vida econômica e política do país, sequer houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um ensino enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional (Ramos, 2005, p. 230).

A Lei Orgânica (Decreto-Lei nº 4.244) para o Ensino Secundário de 1942 ratificou essa tendência de ensino propedêutico e aristocrático. Somente com a Constituição de 1946, foi colocada em pauta a discussão

de uma educação abrangente, materializada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61.

Havia uma diferenciação do ensino, ocasionada pelas dificuldades de acesso de grande parte da população ao ensino secundário, seja pela seletividade nos exames de admissão, seja pela continuidade dos estudos. Apesar disso,

A escola que representava a oportunidade de ascensão social era o ginásio secundário, procurado não como uma escolha ‘irrealista’ das classes populares como os estudos clássicos insistiam, mas como alternativa lógica, diante de suas expectativas na estimativa que faziam das vantagens relativas aos diferentes tipos de educação. Elas também queriam ‘o melhor’ para os seus filhos, mas não havia escolas suficientes e o ensino secundário foi forçado a expandir-se com o objetivo de conter as tensões sociais geradas por sua incipiente oferta ao lado de outros problemas como a falta de energia, o alto custo dos transportes e dos gêneros alimentícios (Nunes, 2000, p. 48, grifo do autor).

Segundo o estudo de Nunes (2000), uma das ações de expansão do ensino secundário em São Paulo se caracterizou pela utilização dos espaços arquitetônicos já existentes e, muitas das vezes, compartilhados entre mais de uma instituição. Podemos afirmar que algo semelhante ocorreu no Espírito Santo, conforme comprova a própria história do Cees, cujas várias mudanças e adaptações constituíam táticas para a manutenção dessa importante instituição em funcionamento e associada ao título de ‘Colégio’. Essa era não só uma forma de se engajar a um projeto de modernização nacional, por meio do qual o Estado realizaria suas ações, procurando superar o estágio de desenvolvimento econômico, mas também de criar estratégias e dispositivos para a circulação e a execução de ações administrativas estaduais, cujos propósitos eram disseminados em documentos oficiais e na imprensa.

A análise dos arquivos institucionais do Cees, da Escola de Educação Física do Espírito Santo e da imprensa periódica capixaba oferece-nos a possibilidade de compreender parte da história do colégio. Ao mesmo tempo, a matriz teórica oferecida por Ginzburg (1990) e Chartier (1991) ajuda-nos a perceber nesses documentos os vestígios das práticas desenvolvidas na escolarização da Educação Física.

Utilizando Chartier (1991) como referência, podemos dizer que é impossível compreender o discurso fora dos suportes de sua circulação. Por isso, ao buscar indícios nos documentos, percebemos que estes não são neutros: são forjados por intencionalidades, cujos protocolos têm como fim produzir uma leitura e uma apropriação modelares. Para fugir dessa marcação editorial dos discursos, é fundamental reconhecer os limites das fontes, identificando as diferenças entre as prescrições e os usos, seguir as pistas em diferentes direções e locais de circulação, colocá-las em série para ‘fazer falar’ os dados marginais deixados nos documentos (Ginzburg, 1990), que dizem da ação dos homens no tempo (Bloch, 2001), mesmo que seja por meio de vestígios.

Veiga (2002) define o processo de escolarização como um dispositivo que tem contidas em suas práticas as relações de força, mediadas por saberes que incidem tanto sobre o controle dos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos quanto sobre o processo de racionalização das mentalidades por meio do controle das emoções. Segundo a autora, a escolarização teve origem nas transformações e na pedagogização dos costumes entre os séculos XVI e XVIII, quando a escola e a infância se estruturaram como prática social “[...] produtora e reprodutora de formas sociais, da socialização, expressa na difusão da cultura escrita, do saber científico e na produção dos talentos e da individualização” (Veiga, 2002, p. 100).

Para conhecer o processo de escolarização da Educação Física no referido colégio, devemos nos reportar às diferentes formas de sua constituição, tanto relacionando suas práticas com os contextos que as tensionavam em termos político, econômico, social, quanto identificando os dispositivos que possivelmente tenham colaborado para sua institucionalização.

A ênfase na compreensão das disciplinas relaciona-se à diferenciação do público. No caso de crianças e adolescentes, o ensino requer uma preocupação didática com os conteúdos (Chervel, 1990).

As ações realizadas como produto das disciplinas escolares deixam algumas marcas nos documentos. Investigar esses materiais pode nos oferecer pistas dos sentidos atribuídos a elas.

Para compreender como esses saberes circularam na conformação de uma disciplina específica na instituição, elegemos como fontes os documentos do arquivo histórico da escola e do arquivo permanente da Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo. Procuramos, assim,

constituir uma relação entre as práticas realizadas nesses diferentes espaços, já identificadas nos estudos de Simões, Salim e Tavares (2006), Salim (2009) e Borel (2012).

Tais fontes, embora expressem as representações oficiais, podem nos auxiliara compreender o que a elite política da época almejava para a Educação Física do Espírito Santo, como também nos indicar pistas para a reconstrução ou ressignificação dessa memória segundo uma nova ótica.

A Educação Física no Colégio Estadual do Espírito Santo: práticas de representação

O ‘Gymnásio Espírito-Santense’ obteve o título de colégio a partir de 1943 e, com isso, angariou o mérito de promotor de um ensino modelar, equiparado ao Colégio Imperial Pedro II. Este colégio era responsável pela formação de Bacharel em Ciências e Letras, sendo a porta de entrada para a matrícula nos cursos de ensino superior do País (Salim, 2009).

O ginásio era uma instituição completamente entrelaçada à vida cultural, política e econômica do Estado que, naquele momento, passava por profundas transformações. Foi responsável pela formação de toda uma geração de profissionais ligados à área educacional e às atividades culturais, como a imprensa e a literatura, a administração pública e a atividade política. Havia uma intensa relação entre essas diversas áreas e as pessoas envolvidas em cada uma delas tinham em comum o propósito de construir uma nova imagem, tanto para o Estado quanto para si próprias. Nesse contexto, a existência de uma instituição como o ginásio tornava-se imprescindível ao movimento de afirmação local em relação aos Estados vizinhos (Salim, 2009, p. 204).

Os documentos demonstram que a organização de um ensino modelar fazia parte do projeto de modernização do País no período de formação do Estado Nacional, no qual a população se reconheceria como participante, pelo sentimento de patriotismo, pelo desenvolvimento de uma língua unificada e pelo engajamento, com demonstrações de reverência e otimismo, nas ocasiões cívicas. Esse sentimento pode ser percebido no telegrama enviado ao Cees pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que, valorizando a formação humanística e patriótica, registra seu esforço por compartilhar o ideal de ‘aprimoramento’ do povo brasileiro. Parece-nos que essa missão, que as elites federais e estaduais

faziam circular nos documentos oficiais, ficavam implícita no recebimento e na manutenção do título de Colégio.

Rio, 17/03/43. N. 715. Tenho prazer de comunicar Vossencia estabelecimento de ensino secundário mantido por esse Estado foi autorizado a manter corrente ano cursos de classifico e científico, sob denominação de Colégio Estadual do Espírito Santo. Congratulo-me com Vossencia por esse fato, formulo votos pelo constante aprimoramento obra educacional realizada naquela casa de ensino, visando ao duplo objetivo de formar no adolescente a conciencia humanística e acentuar a sua conciencia patriótica. Saudações Cordiais. Gustavo Capanema Ministro Educação Saude (Telegrama enviado ao Colégio Estadual, 1943).

Esse discurso evidencia uma tentativa de disseminação da ideia de formação patriótica executada por instâncias governamentais. Gustavo Capanema, como representante da ordem federal, silencia a lógica de imposição de posturas para valorizar e assim eleger aquelas práticas consideradas adequadas. A omissão das intenções é uma operação que circunscreve as atividades humanas à produção das memórias, elaborando documentos em que podemos observar perspectivas explícitas e implícitas para o sujeito (Certeau, 1988).

Segundo Simões, Salim e Tavares (2006), as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por uma organização sistemática do governo no sentido de controlar as práticas desenvolvidas na área da educação por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública. Dentre as práticas implementadas pelas reformas educacionais, observam-se as constantes mudanças de domicílio do Colégio Estadual como forma de adequar seus espaços às demandas da titulação de 'Colégio Equiparado'. O colégio funcionou primeiramente no Morro da Capitania, no primeiro endereço da Escola Gomes Cardim; depois foi para o Convento dos Franciscanos; mais tarde para a Escola Normal D. Pedro II. Funcionou também na Av. Jerônimo Monteiro, no prédio que hoje abriga a Escola de Artes Fafi e que, na época, abrigava a Escola Gomes Cardim (Pacheco, 1996).

Na década de 1940, as aulas de Educação Física do Ginásio eram ministradas no Estádio Governador Bley, possivelmente por falta de

espaço apropriado, já que compartilhava o imóvel com a Escola Normal Pedro II⁷.

Em 1942, cada turma do colégio frequentava três aulas de Educação Física semanais (Ofício enviado..., 1942). Em 1947, as aulas ocorriam de segunda a sábado, duas vezes por semana para cada turma. Em alguns casos, eram realizadas no pátio do Colégio, no contraturno (Cronograma de aulas, 1947). A partir de 1949, as aulas no estádio foram reduzidas em função da necessidade de a Escola de Educação Física ocupar o espaço com outros compromissos. No ano de 1958, o Colégio ainda utilizava os espaços do Estádio Governador Bley para as aulas de Educação Física (Ofício enviado..., 1958).

É possível que, no contexto de atividades desenvolvidas no Estádio Governador Bley no período, para além da falta de espaço, a motivação tenha sido tática, já que, no local, funcionava a Escola Superior de Educação Física, onde se formavam os professores da disciplina tanto para os clubes quanto para as escolas e eram prescritas as práticas indicadas para cada espaço. Além disso, os eventos esportivos e patrióticos que lá se realizavam funcionavam como dispositivos que tanto revestiam de mérito as atividades desenvolvidas naquele ambiente quanto acirravam a disputa entre os sujeitos que queriam fazer parte daquela história.

Dentre os professores de Educação Física que atuaram no Colégio, identificamos nas décadas de 1940 as senhoras Alda Passos e Cecília Conceição Dias Lopes e os senhores Adão Benezath, Léo Ribeiro, Emy Brandão, Berillo Basílio dos Santos e Audifax Barreto Duarte (Corpo docente, 1945; Atestado de exercício, 1947). Na década de 1950, o quadro de docentes ainda contava com os senhores Audifax Barreto Duarte e Emy Brandão e também com os senhores Carlos Pandolpho de Barros, Edgard Ferreira dos Santos, Ruy Benezath, Pedro Jericó Zaprogno e a Sra. Edith Ferraz Figueiredo (Correspondências da diretoria..., 1954; Atestado de exercício, 1956). Todos tinham sido formados pela Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo entre as décadas de 1930 e 1950 (Arquivo Histórico, 1930-1950). Não encontramos documentos relacionados à formação de Edith Ferraz Figueiredo.

7

Em relatório institucional, a justificativa para as aulas fora do seu estabelecimento era de que essa situação também ocorria no Colégio Imperial Pedro II, que mantinha na Quinta da Boa Vista algumas de suas atividades didáticas (Borel, 2012).

Percebemos que as aulas de Educação Física envolviam decisões interinstitucionais do Serviço de Educação Física da Escola Superior de Educação Física, da Secretaria de Educação e Saúde e dos interventores federais. Quanto às ocorrências, como ausências dos alunos, dos inspetores de alunos e dos professores nas aulas de Educação Física, havia uma constante inspeção do então diretor do Serviço de Educação Física, o Sr. Aloyr Queiroz de Araújo, bem como do inspetor federal de Educação Física, o Sr. Orlando A. Ferrari. Eles também faziam o controle dos horários de aula.

Adianto a V. S., que, nesta data, não esteve presente ao Estádio o Inspetor de alunos, cuja ausencia trouxe certas irregularidades e prejuizos ao perfeito andamento dos trabalhos práticos, motivo porque espero de V. S., o máximo empenho para aquele funcionário comparecer a este serviço em todas as aulas desse colégio (Ofício recebido..., 1947a).

A eficácia no andamento do ensino era regulada por diferentes instâncias governamentais, como a Secretaria de Educação, o Serviço de Educação Física e a própria escola, por meio de ofícios (Ofício enviado..., 1954; Ofício enviado..., 1958) e comunicados na imprensa (Notícias sobre..., 1941; Reportagem sobre o significado..., 1942; Comunicado..., 1950). Não bastava a orientação disciplinar desenvolvida pelo professor de Educação Física, havia necessidade de um inspetor de ensino para ajudar no controle do andamento das aulas. Percebemos que essas estratégias faziam parte do projeto de modernização por meio da educação. As notícias apresentadas pela grande imprensa enfatizavam: “[...] Cuidar da educação física é, pois, realizar a obra do maior valor político, é obra para consagrar o homem de Estado que a ela se dedique com sinceridade, com intrepidez, com bravura” (Reportagem sobre o significado..., 1942).

A cada período letivo, os alunos eram submetidos a exames antropométricos. Possivelmente isso estava relacionado com o engajamento do estado e do País no projeto de modernização científica, que, no contexto pós-Segunda-Guerra, se fez necessário, seja pela demonstração de poder por meio das tecnologias desenvolvidas seja pelo poder simbólico que essas práticas atribuíam à disciplina, seja ainda pela possibilidade de se constituir a identidade nacional (Gomes, 2012).

As avaliações consistiam em uma prova prática, realizada na Escola Superior de Educação Física onde havia disponibilidade de estrutura. Por

meio delas, os alunos eram classificados em ‘grau elementar e secundário’. A falta de documentos no arquivo do colégio que nos revelassem um pouco mais detalhadamente essas práticas levou-nos a tecer outras questões sobre o objeto: em quais outros lugares eram realizados os exames; com quais características?

Procuramos refletir a esse respeito com base na estratégia utilizada por Natalie Davis, quando buscou reescrever *O retorno de Martin Guerre*. Segundo Ginzburg (1989), essa historiadora propôs-se a trabalhar não com o que considerava que pudesse revelar ‘a verdade’, mas com o que revelasse as possibilidades em torno daquele contexto. Para ele, a utilização de outros documentos que talvez parecessem imprecisos poderia contribuir para preencher algumas lacunas daquela história.

Apropriando-nos dessa lógica investigativa, utilizamos o contexto para compreender o que foram os exames antropométricos. Em seu relatório de aula, publicado em 1935 na Revista de Educação, Aloyr Queiroz de Araújo descreveu os procedimentos por ele adotados nas aulas de Educação Física durante o ano letivo no Ginásio do Espírito Santo. No início daquele ano, foram realizados os testes como forma de selecionar as turmas de acordo com as capacidades físicas. Conforme o método francês, as turmas eram assim divididas: grau elementar (4º grau), para alunos do primeiro ano ginásial com idade entre 11 e 13 anos; secundário, com a devida progressão avaliativa, sendo indicado o 1º grau secundário para alunos com idade entre 13 e 16 anos; 2º grau secundário para alunos entre 16 e 18 anos. O professor trabalhava o método ginástico de acordo com as indicações prescritas para os grupos.

A homogeneização das turmas nas práticas escolares poderia constituir um indicativo de adequação do exercício para cada tipo físico caracterizado pelos exames biométricos. Nessa medida, foram construídos parâmetros que apontavam os aptos, inaptos, inapropriados e incapazes.

Neste processo as mulheres, biotipologicamente, deveriam praticar as danças e não os esportes de contato, os sujeitos de baixa estatura não estariam, ainda, adequados à prática do basquete, nem de alguns tipos de corrida. Outros tantos estariam, ainda, restritos às práticas leves e moderadas dada a fragilidade de seu tipo constitucional (Silva, 2012, p. 218).

No início do ano eram feitos testes para a formação das turmas, cuja homogeneização se fazia pela semelhança de características físicas, como

altura e peso; no final do ano, os testes serviam para a avaliação dos resultados (Araújo, 1935). Segundo Chaves Júnior (2004), a partir de 1939, pela Portaria nº 161, o Ministério de Educação e Saúde passou a orientar que as turmas fossem padronizadas pelo critério ‘fisiológico’ e pelas condições ‘patológicas’. O primeiro grupo poderia seguir a rotina do método para o desenvolvimento de suas capacidades, enquanto o segundo grupo faria exercícios moderados para corrigir seus ‘problemas’.

No Espírito Santo havia uma preocupação com o desenvolvimento físico realizado em cada fase da vida. As medidas antropométricas eram aplicadas para indicar o tipo de exercício para as diferentes faixas etárias, como também para os diferentes tipos físicos. Para Bélache (1938), professor das cadeiras de Antropometria e Noções de Biotipologia e de Estatística do Curso de Educação Física da Escola de Educação Física do Espírito Santo, os exercícios de força não eram indicados para crianças e adolescentes. Neste caso, a atividade física “[...] deve ser natural, própria ao seu desenvolvimento, como produto de regras higiênicas, pelo proveito com exercícios adequados á sua idade” (BÉLACHE, 1938, p. 81). Exercícios mais vigorosos eram prescritos para os indivíduos que ultrapassassem os 16 anos. Na fase inicial da vida, a estrutura óssea é maleável e devem-se evitar exercícios de força ou que possam enrijecer os músculos em função de eles ainda não possuírem pontos sólidos de inserção (Boigey apud Bélache, 1938).

Os documentos demonstram que, desde a década de 1930, a seleção das turmas de Educação Física do Cees era realizada de acordo com os testes antropométricos, como aponta Araújo (1935). Chaves Júnior (2004), ao analisar as Diretrizes do Ensino da Educação Física de 1947, identifica que essa disciplina passaria a servir de referência no processo de seleção também para o ensino geral: de acordo com aquele documento, as classes de ensino intelectual deveriam ser organizadas em conformidade com o estabelecido para as aulas de Educação Física.

Nas prescrições do método francês, a Educação Física estaria dividida em: Educação Física Elementar (1º grau, 4-6 anos; 2º grau, 6-9 anos; 3º grau, 9-11 anos; 4º grau, 11-13 anos); Educação Física Secundária (1º grau, 13-16 anos; 2º grau, 16-18 anos); e Educação Física Superior (18-30 ou 35 anos); e Ginástica para conservação da idade madura (35 em diante). Quanto à certificação, os grupos seriam: 1º grupo: alunos sem certificado de Educação Física; 2º grupo: alunos possuidores do certificado do ciclo secundário; 3º grupo: alunos portadores do certificado do ciclo

secundário (1º grau); 4º grupo: alunos com certificado do ciclo secundário (2º grau).

Formulada por Sette Ramalho, a proposta de teste para a Educação Física, visando a análise do perfil biotipológico, inseria nos testes dados que, segundo ele, iam além da análise do perfil morfofisiológico, caracterizado pelos exames antropométricos. No entanto, para Ramalho, aquele processo, apesar de conter medidas que poderiam diminuir os índices de erros para as práticas físicas, era moroso e complexo, o que poderia dificultar a formação das turmas homogêneas. Dessa maneira, “[...] uma vez atendidas as demandas de primeira urgência, Ramalho propõe a confecção da ‘Ficha Biotipológica e Etnológica’ que, apoiada na classificação de Bárbara, descrevia os seguimentos a ser mensurados como o instrumental necessário e a técnica de execução correta” (Ramalho, 1934 apud Silva, 2012, p. 201, grifo do autor). Com base na análise dos dados numéricos colhidos do crânio – altura, largura e comprimento –, da face – altura e largura da porção nasal, altura e largura da porção bucal e distância dos forâmens auditivos–, do comprimento do esterno, da distância xifo-epigástrica e epigastro-púbica, do comprimento dos membros superiores e inferiores, do diâmetro torácico transversal, do diâmetro torácico anteroposterior, do diâmetro hipocondríaco transversal, do diâmetro hipocondríaco anteroposterior e do diâmetro bi-ilíaco, era possível fazer combinações que resultariam em valores de segmentos do corpo humano e classificar qualquer indivíduo em um tipo ou subtipo biológico (Ramalho, 1933, p. 3-4).

Nessa direção, Bélache (1938) propõe uma catalogação das medidas antropométricas, possivelmente com o intuito de dinamizar o processo de caracterização do perfil biotipológico dos escolares capixabas. O autor acreditava que, para o alcance da prosperidade e grandeza do País, seria necessário trabalhar com a criança, cuidar do ‘aperfeiçoamento racial’, “[...] despertando nela a emulação necessária aos mais sérios e elevados empreendimentos sociais” (Bélache, 1938, p. 143).

O modelo de ficha biométrica/antropométrica utilizado nos colégios para avaliar os alunos era o mesmo usado pela Escola Superior de Educação Física para avaliar os futuros docentes (Exame biométrico, 1947). A ficha continha os dados etnológicos e as medidas da capacidade respiratória, peso e altura. Com isso, percebemos que, desde o ensino elementar até a formação dos professores, existia a preocupação com o

biótipo do povo brasileiro e com o tipo de exercício adequado às diferentes características físicas.

Na década de 1940, tanto a organização da Educação Física no Espírito Santo quanto a regulamentação de suas atividades eram prescritas pelo Serviço de Educação Física da Escola Superior de Educação Física, possivelmente como forma de unificar o ensino dessa disciplina segundo os preceitos modelares do método francês. A Educação Física deveria abranger sessões de estudos, sessões completas, sessões de jogos ou recreação, desfiles escolares, demonstrações coletivas, festividades escolares, palestras educativas e competições desportivas (Portaria recebida..., 1947). Observamos que as aulas também contavam com práticas de tiro (Cronograma de aula, 1944), que faziam parte do método francês, e exercícios de esgrima, embora tais práticas não estivessem prescritas nessa portaria. Segundo Goellner (1992), sua inclusão tinha como intuito a formação de um homem forte e preparado para defender a Pátria, já que incentivaria o destemor e a atitude heroica necessários ao cultivo do nacionalismo.

Com essa organização, visava-se o engajamento dos alunos nos exercícios de civilidades, movimento que trazia para o âmbito escolar novos códigos de comportamento, os quais seriam revelados nos eventos desportivos escolares. Tais eventos cumpriam o papel de demonstrar o esforço do Estado em participar do processo de modernização do País, seja qualificando o novo homem brasileiro para ser forte, disciplinado e patriota seja conduzindo a evolução técnica (científica) na formação daquele que iria representar a pátria como exemplo de eficiência. Os movimentos realizados entre os atores destacados no processo de ensino foram conquistando espaço e o otimismo em relação às práticas evidenciava seu lugar na sociedade capixaba e brasileira, como podemos identificar em ofício enviado pelo diretor do Serviço de Educação Física ao diretor do Ceas:

Temos a satisfação de oferecer a esse conceituado educandário, um exemplar da 'Revista Brasileira de Educação Física', referente ao mês de fevereiro deste ano, em cuja página central se acham publicadas diversas fotografias da 'Olimpíada Escolar de 1946', promovida por este serviço e abrilhantada com a participação dos alunos deste estabelecimento (Ofício enviado..., 1947b, grifo do autor).

A Revista Brasileira de Educação Física, fundada por João Barbosa Leite, circulou no Brasil entre os anos de 1944 e 1952. Teve como colaboradores Inezil Pena Marinho, Romeu de Castro Jobim, Leite de Castro e Alberto Baptista. Em suas reportagens, constavam temas relacionados ao desenvolvimento da Educação Física e dos esportes no Brasil e no mundo, bem como ao desenvolvimento de campeonatos colegiais regionais, além de temáticas mais abrangentes, como jogos olímpicos e aquisição e manutenção da saúde. Juntamente com informações sobre o que de mais moderno estava acontecendo em relação à Educação Física e aos esportes, esse impresso valorizava as práticas esportivas como atividades patrióticas.

Percebemos que os ofícios trocados eram dispositivos utilizados pelos órgãos oficiais e pela instituição para dar visibilidade às práticas consideradas exemplares que ocorriam no Espírito Santo. Assim, no ofício a seguir, instigava-se a continuidade ou a imitação dessas condutas: “[...] Em nome do Sr. interventor federal, tenho o prazer de elogiar esse estabelecimento, pelo garbo e disciplina com que se conduziram os respectivos alunos, na Parada da Juventude, em comemoração ao dia da Pátria” (Ofício enviado..., 1941).

O uso das práticas esportivas como ‘carro-chefe’ também para o desenvolvimento dos sentimentos cívicos foi divulgado na grande imprensa e na imprensa de variedade capixaba. Os alunos eram apresentados como instrumentos de demonstração para a sociedade daquilo que era valorizado pelo Estado.

Apesar de os discursos sobre o esporte e o civismo serem apresentados no Cees como elementos que dariam significado às práticas da Educação Física, não foi possível analisar diretamente a estrutura das aulas, em razão da não preservação dos documentos institucionais. Ainda assim, com base no conjunto de fontes disponíveis e nos objetivos contidos nas lições propostas pelo Regulamento nº 7, sistematizadas segundo o método francês, cujo ensino era obrigatório na Escola Superior de Educação Física, podemos obter indícios de como possivelmente as aulas aconteciam.

Parte das disciplinas cursadas pelos professores de Educação Física poderia indicar o aprendizado prático daquilo que eles viriam a ensinar para suas futuras turmas. Entre as disciplinas cursadas pelos formandos, constavam, por exemplo: em 1949, Ginástica Rítmica e Ataque e Defesa; em 1958, Esportes Coletivos, Atletismo e Desporto Aquático (Pautas de

chamada, 1949, 1958). Inferimos, portanto, que havia a possibilidade da mimetização dessas práticas nas aulas da Educação Física Escolar, mesmo porque o vínculo existente entre uma instituição e outra não se limitava aos indivíduos que circulavam entre elas, mas permanecia para além deles, seja pelas constantes prescrições do Estado, seja pelo próprio compartilhamento de espaço e de profissionais .

Segundo Linhales (2009), apesar da valorização dessas vivências pela sociedade e do seu crescente desenvolvimento nas aulas de Educação Física, tais práticas nem sempre foram valorizadas no ensino escolar. No entanto, até aqueles que levantavam críticas ao crescente movimento esportivo escolar se convenciam em alguns momentos de seus benefícios. Fernando de Azevedo, por exemplo, em suas primeiras publicações, discordava dessas práticas por entendê-las prejudiciais ao ensino porque provocavam fadiga e raquitismo. Já em outro momento, passou a considerar sua importância para a educação dos jovens – com a ginástica secundária – pois eles já possuíam um ‘equilíbrio fisiológico’, colaborando para o desenvolvimento do ‘raciocínio’ e da ‘acuidade dos sentidos’ (Linhales, 2009).

Assim, o esporte na escola se tornou um meio de representação da imagem da instituição. Em datas comemorativas, o Ginásio se apresentava acompanhado de sua equipe atlética, denominada União Atlética do Ginásio do Espírito Santo (Uages). No depoimento de uma ex-aluna que estudou na instituição entre 1931 e 1935, Borel identificou a importância dada à Uages: “[...] as memórias sobre essa agremiação esportiva são tão marcantes para ela que, ao ser perguntada, a respeito do uniforme para as aulas de educação física, ela afirma apenas recordar do uniforme da UAGES” [...] (Borel, 2012, p. 117).

A esportivização das práticas educativas, fazendo parte de um projeto de civilização da sociedade, extrapolou seu espaço de ação para outras dimensões da vida escolar. A reverência ao próprio Colégio também tinha esse sentido, o que pode ser evidenciado nas seções solenes de comemoração dos aniversários da instituição, quando ocorria a manifestação cultural de professores, alunos e ex-alunos por meio de apresentações musicais instrumentais, canto, declamação de poemas e palestras.

Considerações finais

Apesar das dificuldades enfrentadas para a manutenção e o funcionamento do Colégio Estadual do Espírito Santo, dentre as quais as constantes mudanças de estrutura e de locais para a execução de suas atividades, a falta de espaços adequados, bem como da dificuldade para constituição da Educação Física como disciplina escolar, esse colégio, equiparando-se ao Colégio Pedro II, era considerado como a grande instituição que preparava para o ensino superior. Dessa forma, em virtude de seu capital simbólico e institucional, era um espaço disputado pela população.

O espaço para as aulas de Educação Física naquele momento não poderia ser mais estratégico, já que, na Escola Superior de Educação Física, havia um certo controle sobre as práticas físicas e sobre as posturas dos professores e dos alunos, o que está registrado nas trocas de correspondência entre as instituições envolvidas e nos comunicados publicados na grande imprensa. Os testes antropométricos realizados duas vezes por ano também poderiam ser uma evidência desse ‘zelo’, pois significavam o ponto de partida para a seleção das atividades. Formavam-se agrupamentos homogêneos que apontavam o tipo de ações a ser desenvolvidas para seus membros. Dessa forma, os exercícios vigorosos eram indicados para os alunos mais velhos e mais fortes, os leves, para os mais jovens e os exercícios corretivos, a todos aqueles que apresentassem uma saúde mais debilitada.

Percebemos que a escolarização de Educação Física no Espírito Santo foi resultado da disseminação dos discursos daqueles que representavam as instituições envolvidas nesse meio – cursos de formação, Secretaria de Educação e escola – e da projeção e da aceitação dessas práticas pela sociedade capixaba.

Naquele momento, a ordem do dia prezava a formação do melhor e mais eficaz pela individualização de papéis. Neste contexto, não bastava o aprender em si, como a erudição, mas aprender para o resultado, tendo em vista metas a ser alcançadas.

As olimpíadas escolares fazem parte dessa nova dinâmica e se tornam um dispositivo de sistematização dos anseios da escola, que busca demonstrar a eficácia de seu ensino por meio de suas conquistas esportivas e das posturas de seus alunos em diversos eventos. Ao mesmo tempo, torna-se um instrumento da própria sociedade em seu anseio por se

constituir como um povo ilustrado e por revelar sua força, sua disciplina, seu vigor e seu poder para a transformação científica dos gestos. Enfim, torna-se uma forma de manifestação de um ideal de nação. Isso pode ser percebido na prescrição dos grupamentos homogêneos como uma possibilidade de transposição da Educação Física para a forma escolar. Selecionando padrões físicos, poderiam ser garantidos também os padrões de grupamentos intelectuais.

Referências

Araújo, A. Q. (1935). A educação física no Gymnásio do Esp. Santo. *Revista de Educação*, 14, 28- 40.

Arquivo histórico. (1930-1950). Arquivo do curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES.

Atestado de exercício. (1947, 1956). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Bloch, M. (2001). *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Bélache, H. R. (1938). Educação física científica: antropometria. In C. M. Medeiros, & C. Ribeiro (Org.). *Concurso científico-literário de autores espiritosantenses: prêmio “Estado do Espírito Santo”*. Vitória, ES: Estado do Espírito Santo.

Borel, T. (2012). *Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940* (Dissertação de Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Brasil. (1942). Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abr. 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Acessado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Acessado em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20de%20zembro%20de%201961.htm

Certeau, M. (1988). A operação histórica. In J. Le Goff, & P. Nora (Org.). *História: novos objetos* (p. 17-48). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.

Chartier, R. (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 5(11), 173-191.

Chaves Júnior, S. R. (2004). *A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares. *Teoria & Educação*, (2), 177-229.

Comunicado o início das aulas. (1950). *Jornal A Gazeta*, Vitória, ES.

Corpo docente em exercício. (1945). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Correspondências da diretoria do Colégio Estadual. (1954). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Cronograma de aula. (1944). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Cronograma de aula. (1947). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Exame biométrico. (1947). Arquivo da Escola Superior de Educação Física. Vitória, ES.

Falcão, E. B. L. (2010). *História do ensino da leitura no Espírito Santo (1946-1960)*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Ginzburg, C. (1989). *A micro-história e outros ensaios: memória e sociedade*. Lisboa: Difel.

Ginzburg, C. (1990). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

Goellner, S. V. (1992). *O Método Francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola* (Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Gomes, A. C. V. (2012). A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(3), 705-719.

Linhales, M. A. (2009). *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez.

Notícias sobre a Uages. (1941). *Jornal A Gazeta*, Vitória, ES.

Nunes, C. (2000). O “velho” e o “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, (14), 35-60. Edição Especial - 500 anos da educação escolar.

Ofício enviado pelo secretário de Saúde e Educação de Vitória ao Colégio Estadual. (1941). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Ofício enviado à inspetoria federal. (1942). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Ofício enviado ao Serviço de Educação Física. (1954). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Ofício enviado ao Serviço de Educação Física. (1958). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Ofício recebido do Serviço de Educação Física. (1947a). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Ofício enviado por Aloyr Queiroz ao Colégio Estadual. (1947b). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Pacheco, R. (1996). No colégio Estadual do Espírito Santo. In J. Britto (Org.). *Colégio Estadual do Espírito Santo: 90 anos educando* (p. 121-128). Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo.

Pautas de chamada. (1949, 1958). Arquivo da Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo. Vitória, ES.

Portaria recebida do Serviço de Educação Física. (1947). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, Es.

Ramalho, A. S. (1933). Das fichas biométricas. *Revista de Educação Física*, 2(10), 3-5.

Ramos, M. N. (2005). O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In M. Stephanou, & M. H. Bastos (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX* (Vol. III, p. 229-242). Petrópolis, RJ: Vozes.

Reportagem sobre o significado da Educação Física. (1942). *Jornal A Tribuna*, Vitória, ES.

Salim, M. A. A. (2009). *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República* (Tese de Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Silva, A. L. S. (2012). *Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física* (Tese de Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Silva, M. Z. (1995). *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória, ES: FCAA.

Simões, R. H. S., Salim, M. A. A., & Tavares, J. X. (2006). O Ginásio do Espírito Santo no contexto das políticas educacionais do Estado

brasileiro (1933-1957). In *Anais do 6º Congresso Luso-Brasileiro De História Da Educação* (p. 5565-5577). Uberlândia, MG.

Telegrama enviado ao Colégio Estadual. (1943). Arquivo Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória, ES.

Veiga, C. G. (2002). A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, (21), 90-113.

Vilaschi, A., Felipe, E. S., & Oliveira, U. J. (2011). Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In Vilaschi, A. (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento* (p. 29-51). Vitória, ES: Flor & Cultura.

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.